



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



O PNPB e a segurança alimentar no assentamento rural Dom Osório/MT

The NPPB and food security in the rural settlement Dom Osório/MT

CÓCARO, Henri¹; SANTOS, Sabrina Silva²; PACHECO, Maria José Bispo³;
SILVA, Patrícia Sedrez da Rosa⁴; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza⁵

¹Professor do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba, Núcleo de Estudos em Agroecologia do IF-Rio Pomba (NEA-IFRP), henri.cocaro@ifsudestemg.edu.br;

²Estudante de zootecnia do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus São Vicente, sabrina.sgcs35@gmail.com; ³Historiadora e Têxtil do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus São

Vicente, maria.pacheco@svc.ifmt.edu.br; ⁴Agrônoma do Instituto Federal de Brasília – Campus Planaltina, patricia.sedrez@ifb.edu.br; ⁵Profa. da Universidade Federal de Lavras – Departamento de Administração e Economia - PPGA, julinet@dae.ufla.br

Tema Gerador: Campeinato e Soberania alimentar

Resumo

O texto teve como objetivo discutir como o desenho do Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel (PNPB) se materializou no assentamento Dom Osório, em Campo Verde/MT. A coleta de dados e informações foi obtida pela triangulação de métodos. Os resultados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo e permitiram concluir que apesar da renda gerada pelo acesso dos agricultores ao PNPB, seu desenho no assentamento demonstrou uma fragilidade social.

Palavras-chave: biodiesel; autonomia; impérios alimentares; políticas públicas

Abstract

The main of the text was to discuss how the design of the Brazilian National Program for Production and Use of Biodiesel (NPPB) was materialized in the Dom Osório settlement. The data and information collected was obtained through the triangulation of methods. The results were analyzed by the content analysis technique and allowed to conclude that, despite the income generated by the farmers access to the NPPB, their design in the settlement showed a social fragility.

Keywords: biodiesel; autonomy; food empires; public policy

Introdução

Nos assentamentos rurais os desafios à construção de condições de segurança alimentar favoráveis dependem, não só da produção familiar, mas também de fatores como: a) o acesso e o consumo em quantidade e qualidade de alimentos; b) de políticas e programas públicos adequados; c) de planos de desenvolvimento abrangentes que atendam às limitações e aproveitem as potencialidades das famílias e dos arranjos organizacionais que elas participam. Por isso, a compreensão das estratégias que esses agricultores familiares vêm utilizando para a construção da sua condição de segurança alimentar e reprodução social em um ambiente hostil, marcadamente fomentado



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



pelo agronegócio, portam elementos que podem contribuir para o entendimento de parte da complexa dinâmica dos assentamentos rurais no Contexto da “nova” condição camponesa (PLOEG, 2008).

Um exemplo dessas estratégias é o acesso ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Este é um programa interministerial do Governo Federal que foi criado pelo Decreto nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004 no qual se comprometeu a ensinar a produção e uso do biodiesel no Brasil, tendo como principal alicerce a expectativa de inclusão social de mais de quatro milhões de famílias de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel (BRASIL, 2004, 2015).

A partir dessas considerações, esse texto teve como objetivo discutir como o desenho (arranjo institucional) do PNPB se materializou no assentamento Dom Osório, em Campo Verde/MT.

Caminhos metodológicos

Este percurso é parte de um caminho metodológico mais amplo onde a coleta e a análise de dados e informações do assentamento foram divididas em quatro momentos interligados. No momento 1 foram realizadas entrevistas com questionários estruturados a 48 famílias para obtenção de dados quantitativos que evidenciassem as condições de segurança alimentar das mesmas. Os dados e informações foram coletados ao longo de 2014. De posse destes dados, uma pré-análise orientou os demais três momentos qualitativos: momento 2, dois grupos de foco; momento 3, entrevistas semiestruturadas em profundidade com cinco famílias; e momento 4, roteiro de entrevistas com representantes de nove instituições que se relacionavam com a agricultura familiar do município.

Dentre as várias técnicas propostas para a análise qualitativa de dados e informações, optou-se pela utilização da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) das transcrições das entrevistas e das anotações do caderno de campo buscando-se a construção de um conjunto de significados a partir das informações coletadas, agrupando-as de acordo com a visão dos entrevistados.

Resultados e discussões

Breve histórico do Assentamento Rural Dom Osório Stófel

O assentamento surgiu de lutas iniciadas em 2002 que levaram a desapropriação da Fazenda Boa Esperança, localizada no município de Campo Verde/MT em 2003, tendo a emissão de posse ocorrida em 2007. O INCRA estabeleceu que a área de 9.947



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



hectares fosse propícia ao assentamento de 540 unidades familiares com lotes variando de 10 a 14 hectares. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Acampados e Assentados de Mato Grosso (MTA) era a forma de organização e luta agrária sem, contudo apresentar constituição jurídica. De acordo com o laudo de vistoria e avaliação da Fazenda Boa Esperança, realizado em 2002, o uso potencial recomendado para o imóvel foi a criação de bovinos para produção de leite e o plantio de algumas culturas como: soja, milho, sorgo, arroz, mandioca, seringueira, cana-de-açúcar e citros. Deste uso nos chamou atenção, na safra 2013/2014, como o plantio de soja estava ligado ao acesso dos camponeses ao PNPB. Além dessa observação, o que nos motivou a realizar a pesquisa e elaborar este texto foram os dados da pesquisa quantitativa (momento 1) que indicaram que naquela safra próximo a 81,0% dos agricultores do assentamento acessavam o PNPB.

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel em Campo Verde

A empresa produtora de biodiesel que mais opera em Campo Verde está sediada no município desde 2006 e tinha capital nacional. Segundo informações do *site* www.biodiesel.com.br passou, em 2015, a ser uma subsidiária integral da JBS (BIODIESELBR, 2015). De acordo com a entrevista de um colaborador a aquisição da maior parte da matéria-prima (soja) tinha origem nas *traders* do município e nas unidades de produção de agricultores familiares dos diversos assentamentos do município. A empresa adquiria o óleo de soja degomado, ou seja, ela não realizava o esmagamento do grão de soja na unidade. O grão era armazenado em *traders* parceiros da empresa no município, sendo destinado ao esmagamento principalmente em uma empresa localizada no município de Rondonópolis, também produtora de biodiesel. Assim o biodiesel só era produzido sob a demanda dos leilões, sendo imediatamente transportado para o comprador (Petrobrás). Com o Selo Combustível Social - Selo, a empresa participava de todos os leilões, tinha acesso prévio a eles e também uma cota maior para participação.

De acordo com o entrevistado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde (STR), na safra 2013/2014, o primeiro passo para o agricultor familiar do assentamento se inserir no PNPB era procurar o STR para emissão da DAP provisória. Esta só era emitida depois de um longo trâmite que passava pelo STR do município, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) do estado de Mato Grosso e INCRA, durando em torno de 1 mês. Segundo o entrevistado o trâmite era defendido pelo INCRA como uma forma de não se responsabilizar por ilicitudes que por ventura houvesse no processo, ficando o mesmo sob a supervisão da FETAGRI do estado que por sua vez as incumbia aos STR regionais. O contrato era pautado por um modelo nacional, discutido entre o Sindicato das Indústrias Produtoras de Biodiesel (SINDIBIO), FETA-



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



GRI dos estados participantes e representações do MDA, e depois adaptado para um modelo regional. De posse da DAP, na base de dados do INCRA/MDA, o agricultor procurava a empresa de biodiesel para formalizar o contrato para fornecimento de soja para o PNPB. Após a assinatura do STR e seu devido registro, cópias do contrato ficavam com o agricultor, o STR e a empresa que já era autorizada a efetuar as operações para preparação da área e plantio.

Pelas cláusulas do contrato a empresa fornecia o pacote tecnológico, composto por sementes, agrotóxicos, máquinas e assistência técnica, cujo custo era descontado quando o agricultor entregava a soja, o que ocorreu durante as safras 2009/2010 e 2010/2011. Já nas safras de 2009/2010 e 2010/2011 o INCRA se reportava ao processo de produção de soja para o PNPB no assentamento Dom Osório como arrendamento, porque a participação do agricultor no processo era limitada, sendo este mais um espectador do que um agente ativo, indo de encontro ao posicionamento do MDA. Para este órgão a relação entre empresa e agricultor familiar era uma modalidade de financiamento da lavoura e estava alinhada as diretrizes do Selo. Porém, de acordo com Campos (2014), em 2012, uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em áreas de reforma agrária do estado de Mato Grosso, questionou as ações da empresa alegando que ela havia arrendado o assentamento Dom Osório, indo ao encontro do posicionamento do INCRA. Isso a levou a suspender o fornecimento do pacote aos agricultores nas safras de 2011/2012, 2012/2013, e segundo as entrevistas realizadas por nosso estudo, e o estudo de Campos (2014) também ocorreu na safra 2013/2014, período da pesquisa. Assim, juntando as informações de Campos (2014), Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis/Ong Repórter Brasil (2010) e as informações obtidas pela nossa pesquisa, outro caminho foi desenhado, desde 2011, para que a soja fosse destinada para produção de biodiesel em que a aquisição do pacote passou a ser feita pela “parceria”. O “parceiro” era um agricultor que possuía (ou alugava) as máquinas para plantar e colher, podendo ser agricultor externo ao assentamento ou um agricultor do próprio assentamento e, com exceção da assistência técnica, se encarregava de fazer todo o processo que antes era feito pela empresa de biodiesel.

Assim, o desenho para realização das práticas de plantio, pulverizações e colheita da soja se modificaram porque com a ausência da empresa de biodiesel no fornecimento do pacote, o agricultor familiar não tinha condições de realizar aquelas operações. Assim, por meio de um contrato para locação de máquinas e equipamentos, efetuado diretamente entre o “parceiro” e o agricultor familiar, o “parceiro” participava da produção de soja para o PNPB. No entanto, como o agricultor familiar também não tinha condições de adquirir os insumos (sementes, fertilizantes, calcário, agrotóxicos e outros)



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



havia um acordo entre ele e o “parceiro” para que este plantasse, cuidasse e colhesse da área estabelecida no contrato do PNPB em troca de um pagamento que variava de 8 a 10 sacos/soja por hectare para o agricultor familiar. O “parceiro” então, por meio de um contrato a termo (ou de futuros) e utilizando a DAP do agricultor familiar e seu contrato, adquiria o pacote tecnológico em casas agropecuárias da cidade e realizava o seu pagamento quando da venda dos grãos a *trader*, parceira tanto da empresa de biodiesel quanto da casa agropecuária. Assim, através da *trader* o pagamento com a soja saudava a dívida com o pacote adquirido como também esta soja ficava à disposição da empresa quando ela precisasse produzir biodiesel para atender aos leilões. Como estímulo à participação do agricultor familiar a empresa de biodiesel pagava um bônus/saca de soja de R\$1,20 acima do valor cotado no mercado, em 2014.

Apesar desse cenário, alternativas para produção e comercialização de alimentos capazes de gerar trabalho, segurança alimentar e renda também estavam disponíveis aos agricultores do assentamento Dom Osório, como a comercialização: por encomenda, na feira, de porta em porta, pelas agroindústrias familiares e pelo acesso ao PAA/PNAE. No entanto faltava uma agenda concreta que valorizem a produção regional de alimentos a partir de famílias camponesas e princípios agroecológicos com apoio de assistência técnica.

Conclusões

Ao primeiro olhar, a grande preocupação com este desenho (arranjo institucional) é que a “parceria” para a entrega de soja ao PNPB seja uma estratégia de uso da terra (e reprodução social) que venha a substituir majoritariamente a produção de alimentos destinados ao autoconsumo ou a comercialização e reduza a segurança alimentar das famílias no assentamento Dom Osório. Ainda que isso não venha a acontecer, é preocupante a pressão que a “parceria” pode exercer mesmo após a liberação de créditos de estímulo a produção (Pronaf), para que as famílias substituam suas bases de recursos e sistemas de produção, mais diversificados, para sistemas de monocultura pautados no cultivo de soja. Isso pode levar a uma intensificação da relação de dependência desses agricultores às “parcerias” e empresas de biodiesel da região com a possibilidade dessa relação pautar a construção de condições adequadas de segurança alimentar e reprodução social dos agricultores. Porém, o acesso ao PNPB também representa uma forma de resistência aos grandes mercados controlados pelos Impérios Alimentares, já que a diversificação do processo produtivo é uma estratégia



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



de enfrentamento, como também pode representar a obtenção de renda por meio de uma atividade (a “parceria”) que libera a força de trabalho para a realização de outras tarefas, dentro ou fora do assentamento.

O desenho do PNPB no assentamento demonstra uma fragilidade social do programa e inseriu os camponeses como meros fornecedores de matéria-prima além de aproximá-los, cada vez mais, das empresas de biodiesel que, junto dos complexos agroindustriais e Impérios Alimentares, ditam as “regras do jogo”. Existem muitos paradoxos na integração dos assentamentos aos complexos agroindustriais, mas com o estudo do assentamento Dom Osório percebe-se que o mais pernicioso é a presença autorizada (e fomentada) pelo Estado às ações do agronegócio dentro do assentamento através do PNPB. Isso em certo grau desqualifica as iniciativas do próprio Estado em relação à reforma agrária, o que deve ser questionado e recolocado sob a perspectiva da produção agroecológica.

Agradecimentos

Aos agricultores, agricultoras e representantes institucionais que cederam parte de seu tempo e atenção para receber a equipe.

Aos agentes financiadores e de apoio logístico Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); IFMT – Campus São Vicente e IFSUDESTEMG- Campus Rio Pomba.

Referências bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIODIESELBR. **JBS vai incorporar a Biocamp**. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/usinas/info/jbs-incorporar-biocamp-290415.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O selo combustível social**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-selo-combust%C3%ADvel-social>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.297 de 6 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/ PA-SEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5297.htm>. Acesso em: 23 jan. 2015.

CAMPOS, A. **Agronegócio da soja domina produção de biodiesel no Mato Grosso**. 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/10/agronegocio-da-soja-domina-producao-de-biodiesel-no-mato-grosso/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

CENTRO DE MONITORAMENTO DE AGROCOMBUSTÍVEIS, ONG REPÓRTER BRASIL. **Os impactos da soja na safra 2009/2010**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/estudo_soja_cma_reporter_brasil_2010.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.